



Ata da Reunião Ordinária do dia 13 de janeiro de 2025 do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial– CONSEPIR/PR

Ao décimo terceiro dia do mês de janeiro do ano de 2025, em ambiente virtual através do link: <https://www.webconf.pr.gov.br/b/con-kbj-9kc-1hr> e presencialmente no 7 andar do palácio das araucárias, ocorreu a primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) em 2025, tendo sua abertura às 14:00 no horário de Brasília. O presidente Aloísio dá as boas vindas a todos e cede a palavra a secretária-executiva Luciana Rita para realizar a verificação do quórum, Luciana cumprimenta a todos e prossegue com a chamada, fizeram-se presentes, conforme convocação, os seguintes conselheiros: Jane Vasques (SEJU) Luciano Arantes (SEPL), Rosane Souza (SESA), Luzia Messias (IIPDROG), Ademilson Corisco (Associação Corisco Capoeira), Victor Hugo (SETR) Ellen Cunha (SEEC) Gustavo Bayer (SESP), Lucimar Pasin (SESA) Antonio Teixeira (Odára Ajé) Edvaldo Viana (IMECAB), Marcos Soares (FAMOPAR), Jessy Nicole (CRP-PR) Rosa Caetano (Associação Corisco), Silmara Aparecida (Comunidade Quilombola Xavier). Finalizada a chamada o Presidente Aloísio informa as pautas da reunião de hoje sendo as seguintes: 1. Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, 2. Plano Estadual de Promoção da Política de Igualdade Racial, 3. Calendário de reuniões ordinárias de 2025;, 4. Situação do FUNDEPPIR, 5. Informes Gerais., Aloísio coloca a pauta para aprovação, e ela é aprovada de forma unânime. 1. Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial: Aloísio então passa a palavra para o Diretor da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, Eduardo Filho, que é o principal responsável por articular a organização da Conferência Estadual, dado a palavra Eduardo agradece ao presidente pela oportunidade de fala, e deseja um feliz 2025 a todos os participantes, Eduardo informa que em conjunto com o presidente Aloísio e a Secretaria-Executiva Luciana Rita já estão iniciando os processos, principalmente ligados a infraestrutura do evento que Eduardo pontua que é um processo que leva um tempo considerável, tudo isso para realizar essa conferência nos dias 20, 21 e 22 de maio, o local ainda irá ser definido, estando entre os municípios de Curitiba e Foz do Iguaçu, Eduardo finaliza informando que toda sua equipe está se empenhando muito para a realização da VI Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, e que a Nacional está em sua 5 edição, Eduardo pontua que não tem problema não bater os números já que muitas conferências estão em sua 7 ou 8 edição, então lhe é requisitado repetir a data da conferência estadual e informar a data da conferência nacional, Eduardo então dá os informes de que a Estadual esta prevista para os dias 20, 21 e 22 de maio e a



34 nacional está para os dias 25, 26 e 27 de Julho, então Aloísio retoma a palavra e questiona se há
35 alguma manifestação, o conselheiro Edvaldo Viana questiona a respeito da comissão organizadora
36 da conferência que foi formada nas ultimas reuniões, já que ele está ciente de que faz parte da
37 comissão porém não recebeu nenhuma informação a respeito, indagando que apenas os
38 representantes GOV estão tomando as decisões a respeito da conferencia, e também a respeito do
39 tempo para a realização das etapas municipais que ocorrem anteriormente a conferência estadual,
40 então Aloísio agradece o posicionamento do conselheiro Edvaldo Viana, e cita que as providencias
41 que foram tomadas pela equipe do Eduardo são trâmites de infraestrutura, cujo conselheiros não
42 possuem o gerenciamento da deliberação, e que a primeira reunião desta comissão há de ser
43 realizada ainda, não ocorrendo nenhum desvio de função da sociedade civil no processo, já a
44 respeito da questão temporal, Aloísio informa que as diretrizes das conferências municipais já estão
45 no documento que aprova o regimento interno da conferência nacional, designando o calendário
46 para cada etapa assim como o tema, eixos e sub-eixos, Edvaldo Viana responde pontuando que é
47 necessário um trâmite trabalhoso a fim de realizar as conferências municipais citando todo o
48 processo da aprovação do regulamento dessas conferências, já que os regulamentos municipais
49 serão construídos baseados no Estadual, se fazendo necessário a disponibilização desse material por
50 parte do Governo Estadual do Paraná afim dos municípios o utilizarem como base, Aloísio pontua
51 que o Documento norteador principal seja para conferência estadual, municipal, livre e etc... é a
52 diretriz federal, e que a partir da publicação da tal os outros entes como estados e municípios já se
53 organizam a fim de realizar a conferência baseada no regulamento da nacional, e recomenda deixar
54 as deliberações para a comissão organizadora já que sendo um grupo menor haverá uma
55 dinamicidade muito maior e também reuniões mais frequentes, Edvaldo cita que como conselheiro
56 do conselho da saúde, o formato que eles tomam, é de aprovar em pleno e na conferencia apenas
57 realizar a leitura na hora da conferência para poupar de ter diversas alterações em cima da hora,
58 então para versar melhor sobre a conferencia o Presidente novamente passa a palavra para o Diretor
59 Eduardo Filho e ele cita que para a realização da conferência sera necessária a confecção do
60 regulamento do regimento interno e dos cadernos dos eixos, citando também a necessidade da
61 análise dos temas a fim de trazer um arcabouço mais reforçado para realizar a conferência se dando
62 a necessidade de tomar as providencias da infraestrutura a priori das reuniões da comissão
63 organizadora, sem nenhuma manifestação oposta, as deliberações propostas pelo Aloísio são
64 aprovadas de forma unânime. 2. Plano Estadual de Promoção da Política de Igualdade Racial:
65 Aloísio cita sobre as apresentações a respeito das metas estipuladas pelo Segundo Plano Estadual



de Promoção da Política de Igualdade Racial que serão apresentadas, Aloísio questiona para aqueles que trouxeram o material para a apresentação se 10 minutos de apresentação é o suficiente, após a confirmação começam as apresentações do plano de igualdade racial, iniciando pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) representada pela sua conselheira titular Lucimar Pasin, então ela começa contextualizando a gestão da SESA no Paraná se dividindo em 22 áreas distribuídas dentre diversos municípios no Paraná, então ela apresenta a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que foi visitada por representantes do Ministério da Saúde, ela ressalta também a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e de como se tornou a política de saúde mais consolidada do Brasil e que é para todos a população brasileira, ressalta também a importância da equidade e de como esse princípio fundamenta a distribuição de serviços da SESA, Lucimar retoma a respeito da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que foi instituída pela Portaria nº 992 de 12 de maio de 2009 pontua a conselheira Lucimar, então após a introdução Lucimar começa a versar a respeito das metas estabelecidas.

2.1 Metas SESA: “Realizar eventos de educação permanente com as regionais de saúde para publicizar as políticas de promoção da equidade estabelecidas no âmbito do SUS” foi uma das metas estabelecidas que foi 100% completa nos últimos 4 anos assim como o fortalecimento da articulação dentre as organizações da sociedade civil e instituições do ensino superior promovendo ações voltadas às populações negras e indígenas, incluindo também as especificações na Linha de Cuidado Materno Infantil para esses segmentos, outra meta que ainda está sendo implementada é o estímulo de preenchimento dos campos raça/cor, etnia, nome social, orientação sexual, povos de comunidades tradicionais no SUS APS, Manter o repasse do incentivo financeiro estadual para o fortalecimento da atenção primária à saúde da população quilombola aos municípios do Estado com Comunidades, promover a atenção à saúde da população negra no sistema penitenciário está sendo construído com o último evento sendo realizado em 2021, então Lucimar agradece a atenção e termina a apresentação.

2.2 Metas SEEC: Posteriormente, a conselheira Ellen Cunha do Nascimento prossegue com a apresentação das metas estabelecidas, iniciando com a promoção de encontros/debates que tratem sobre políticas de igualdade racial, que foi uma meta estabelecida no plano e foi cumprida de forma integral. Assim com a realização e incentivação de eventos culturais visando a preservação e manutenção da cultura afrobrasileira e dos territórios de povos de terreiros de religiões de matriz africana onde foram realizados 51 eventos nesse período, também promovendo a política buscando linhas de financiamento para atividades artísticas e culturais afro brasileiras com editais específicos visando o fortalecimento da sociedade civil no desenvolvimento de atividades culturais dentro das comunidades, a próxima



ação se baseia em buscar recursos para escolas de samba e blocos carnavalescos, para realização do carnaval em conformidade com as características locais, essa ação ainda se encontra em andamento, e assim finaliza a apresentação. 2.3 Metas SEED: Em seguida Galindo inicia a apresentação representando a Secretaria Estadual de Educação, cita que a apresentação era pra ter sido a muito tempo e que se espantou de saber que muitas secretarias ainda não enviaram o cumprimento das metas estabelecidas, e cita que espera que até a próxima reunião todas as secretarias estejam com as metas entregues, Galindo prossegue iniciando com a primeira ação, a capacitação de profissionais, garantindo a inserção das temáticas da educação das relações étnico raciais e escolar quilombola nos programas educacionais, nos dias de Estudo e Planejamento ofertados para professores, diretores, pedagogos e agentes educacionais, essa ação foi completa, a Implementação de equipes multidisciplinares, oferta de formação continuada, aquisição de material didático e paradidático, reconhecimento de práticas nas escolas assim como ampliar a diversidade de temáticas relacionadas a gênero etnia e estando em conformidade com as Leis 10.638/03 e a 11.645/08 e as diretrizes curriculares nacionais e estaduais de educação, Galindo aponta que essa ação está em 90% já que a meta de tempo desses cursos seriam 60 horas, e as fornecidas foram formações de 40 horas, a próxima meta se baseia em promover o conhecimento e o fortalecimento das religiões de matrizes africanas, especialmente o candomblé no ambiente escolar, essa meta está em 50%, a próxima meta que o conselheiro Galindo aborda é a efetivação no Projeto Político Pedagógico (PPP) em todas as escolas especificamente nas que atendem povos e comunidades tradicionais, reconhecimento e valorização das culturas, e dos saberes dos povos indígenas, quilombolas, da população negra migrantes do continente africano e da diáspora, povos ciganos e comunidades tradicionais, visando maior igualdade e resgate da história de vida desses povos, essa ação foi cumprida, prosseguindo, Galindo apresenta a meta de efetivação nas escolas do campo a política nacional de Educação do Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA de 2010; o parecer CNE/CEB 36/2001 dispõe sobre as diretrizes operacionais para a educação básica nas Escolas do Campo, mais uma ação completa, Galindo aproveita para pontuar que essa ação é muito mais condizente com o atual Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, por se tratar de escolas quilombolas e outras comunidades tradicionais que não competem ao CONSEPIR deliberar, a próxima meta é a incentivação da alfabetização da população negra na terceira idade na EJA (Educação de Jovens e adultos, promovendo campanhas de retomada de estudo para pessoas da terceira idade, principalmente da população negra nessa condição, Galindo afirma que essa ação está em 80%, pontuando que muito da alfabetização compete às secretarias municipais de educação,



128 porém mesmo na estadual há projetos de alfabetização, já o próximo projeto proposto foi a
129 promoção do levantamento de dados macrorregionais sobre a evasão pela população negra e
130 promover ações de mitigação da evasão e estimular a reinserção escolar, promovendo o registro da
131 autodeclaração de pertencimento étnico-racial. Acompanhar os indicadores e taxas de rendimento e
132 desempenho escolar nas escolas, prosseguindo é apresentado uma ação cujo não foi realizada que é
133 a inclusão da prática da capoeira na grade curricular de educação básica, priorizando a presença de
134 professores e instrutores e mestres de capoeira, propiciando o conhecimento da arte da capoeira nas
135 escolas bem como seu processo histórico e filosófico, ela não foi realizada já que perpassa por
136 deliberação no conselho estadual de educação e também pela alteração da matriz curricular, em
137 algumas situações foram bem sucedidas cujo a própria escola escolhe essa implementação, porém
138 ele cita que colocou como não realizado já que não foi estabelecido na esfera estadual, a próxima
139 meta é a orientação e o estímulo da criação de projetos de prevenção ao racismo na educação
140 infantil, nas Secretarias Municipais de Educação, proporcionando espaços dentro das escolas e
141 secretarias municipais de educação para a discussão de estratégias visando a prevenção do racismo,
142 a ação foi considerada 90% completa, a meta subsequente é a fomentação da criação de
143 coordenação específica sobre a educação para as relações étnico raciais, incentivando e propondo
144 formação continuada para a criação de equipes multi-disciplinares, nos moldes das existente nada
145 rede estadual de educação conforme resolução 3399/2010 – GS/SEED, a ação também está em
146 90%, ele cita que a rede privada é que eles tem mais dificuldade de implementar essas ações, já a
147 próxima meta se baseia na divulgação da Lei Federal 7.716/1989 que define os crimes resultantes
148 de preconceito de raça ou de cor, inclusive nas instituições de ensino público e privadas, outra ação
149 não realizada foi retomar os encontros de educadores do Estado do Paraná, criando um fundo para
150 garantir a manutenção anual do eventos e garantir a liberação dos profissionais pela direção da
151 escola, não foi realizada já que não conseguiram esse fundo para garantir essa manutenção, já a
152 análise os conteúdos e ilustrações dos livros didáticos destinados a cada PNLD, a partir de critérios
153 que considerem a diversidade étnico-racial e de gênero foi 100% completa garantindo uma
154 representatividade positiva no material didático, outra ação também 100% completa foi a ampliação
155 da oferta de cursos para a língua portuguesa e melhorar o acesso à saúde da população migrante e
156 itinerante, fortemente indicada pelo número de turmas ofertadas pelo Centro de Línguas
157 Estrangeiras Modernas - CELEM, seguindo para a próxima meta completa é a disponibilização do
158 material didático sobre boas práticas desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino e incentivar a



159 pesquisa, a produção de conhecimento e práticas pedagógicas sobre a educação de relações étnico
160 raciais, e finalizando a apresentação Galindo cita a última meta que é a construção de escolas nas
161 comunidades tradicionais negras, Comunidades Quilombolas e Comunidades indígenas, da
162 educação básica ao ensino superior essa ação está em 80%, e assim é finalizado a apresentação,
163 prontamente a secretaria executiva Luciana Rita cita que essa solicitação de apresentação provém
164 desde setembro, e reforça a importância do envio dessas apresentações para serem apresentadas na
165 próxima reunião, então ela passa a palavra para o presidente Aloísio que agradece a apresentação
166 dos 3, e cita que serão enviados novos expedientes para as secretarias responderem a respeito das
167 metas estabelecidas no II Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial do
168 Paraná, 3. Datas das Reuniões de 2025: Dito isso Aloísio passa a palavra novamente para a
169 secretaria executiva a fim de apresentar uma nova proposta de datas de reuniões de 2025, justificado
170 pela logística das solicitações de viagem já que na reunião de dezembro foi aprovada que as
171 reuniões de 2025 seriam na segunda-feira da terceira semana do mês, porém isso dificulta a logística
172 de traslado para a participação presencial dos conselheiros, então Edvaldo Viana se coloca contra
173 pontuando a participação em outros conselhos como principal obstáculo e cita que não há
174 participação efetiva da sociedade civil nessas situações, citando um monopólio das decisões do
175 Conselho sem consulta popular com os representantes da sociedade civil, porém Aloísio cita que a
176 proposta da reunião anterior foi acatada antes da análise tendo em vista que as reuniões do
177 CONSEPIR normalmente acontecem na quarta-feira, e por questões técnicas não é viável, e a
178 participação da sociedade civil está sendo posta em pauta para a aprovação da própria proposta,
179 cumprindo o requisito da participação, e não imposição dos conselheiros governamentais 4.
180 Situação do FUNDEPPIR: Aloísio cita que foi convidado para uma reunião com o Diretor-Geral da
181 SEMIPI, e que já foi informado que atualmente este processo está tramitando na procuradoria-geral,
182 porém já foi obtida a resposta e solicitações para a publicação da regulamentação do FUNDEPPIR.
183 5. Informes Gerais: Ele relembra que dia 20 de janeiro às 14:00 horas ocorrerá a primeira reunião da
184 comissão organizadora da VI Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Aloísio passa
185 a palavra para a secretaria executiva questionando se ela tem algum informe, Luciana aproveita e
186 convida a todos para o evento do dia 21 de Janeiro, o Dia do Combate à Intolerância Religiosa que
187 ocorrerá no Palácio das Araucárias no Auditório Mário Lobo às 15:00 horas, e por fim Luciana cita
188 que passará uma série de orientações para os conselheiros da sociedade civil a respeito da central
189 de viagens e sua parte financeira, então sem mais informes Aloísio agradece a participação de todos
190 na primeira reunião de 2025, pede para abrirem as câmeras para tirarem uma foto e também



190 homenageia a conselheira Luzia Messias que está presencialmente e completou 82 anos
191 recentemente, então a reunião é finalizada. Essa ata foi redigida por mim Secretária-Executiva do
192 CONSEPIR, Luciana Rita das Mercês Silva